

**ASSEPRO**  
**RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA**  
**LEGISLATIVO FEDERAL**

DE 21 A 25 DE AGOSTO DE 2017

Atualizada em 25/08/2017 18:04

**CONGRESSO NACIONAL**

**Terça-feira (22/08)**

**COMISSÃO MISTA DA MPV 780/17 (Programa de Regularização de Débitos Não Tributários junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais e à Procuradoria-Geral Federal)**

**Pauta:** Apreciação do parecer do relator, senador Wilder Moraes, pela aprovação da Medida Provisória nº 780, de 2017, na forma do Projeto de Lei de Conversão transcrito ao final, com o acolhimento das Emendas nºs 3 e 10, com o acolhimento parcial das Emendas nºs 22, 23, 31, 32, 33, 39 e 55, com a rejeição de todas as demais Emendas e com a inclusão das propostas de Relator indicadas no Capítulo 3.

**Resultado: Lido o parecer do senador Wilder Moraes e concedida vista.**

**COMISSÃO MISTA DA MPV 777/17 (Taxa de longo prazo - TLP, Taxa do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante)**

**Pauta:** Apreciação do parecer do relator, deputado Betinho Gomes, pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 777/2017; pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 11, 12, 13, 14 e 16 e pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 777/2017 e das demais emendas a ela apresentadas; pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das emendas nºs 1, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 17 e 36, e pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 777/2017 e das demais emendas; e IV - no mérito, pela rejeição de todas as emendas apresentadas à Medida Provisória nº 777/2017; e pela aprovação da Medida Provisória nº 777/2017, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.

**Resultado: Aprovado o parecer. A matéria segue para o Plenário da Câmara dos Deputados.**

**Quinta-feira (24/08)**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

**Audiência Pública** – Tema: “Discussão dos cenários para o Desenvolvimento do Brasil, em especial os cenários de financiamento a longo prazo, bioeconomia, perspectivas até 2035, previdência, saúde do Brasil em 2035”.

**Resultado: Realizada.**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PLENÁRIO**

**MPV 783/17**, do Poder Executivo, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional”.

Relator: deputado Newton Cardoso Jr.

Parecer da Comissão Mista: pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 6, 11 a 13, 16, 24, 28, 32, 41, 54, 67, 69, 76, 84, 86, 102, 106, 113, 115, 117, 133, 136, 139, 151, 153, 172, 175, 185, 187, 196, 205, 207, 211, 222, 242, 244, 256, 264, 265, 277, 280 e 305; pelo acolhimento parcial das Emendas de nºs 116, 129, 135, 137, 167, 195, 281 e 306, na forma Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 5, 7 a 10, 14, 15, 17 a 23, 25 a 27, 29 a 31, 33 a 40, 42 a 53, 55 a 66, 68, 70 a 75, 77 a 83, 85, 87 a 90, 92 a 101, 103 a 105, 107 a 112, 114, 118 a 128, 130 a 132, 134, 138, 140 a 150, 152, 154 a 166, 168 a 171, 173, 174, 176 a 184, 186, 188 a 194, 197 a 204, 206, 208 a 210, 212 a 221, 223 a 241, 243, 245 a 255, 257 a 263, 266 a 276, 278, 279, 282 a 304, e 307 a 309. A emenda de nº 91 foi retirada pelo autor.

**Resultado: Não deliberado.**

**MPV 777/17**, do Poder Executivo, que "Institui a Taxa de Longo Prazo - TLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante e dá outras providências". **Item extrapauta.**

Relator: deputado Betinho Gomes.

Parecer: pela aprovação do projeto de lei de conversão da Comissão Mista.

**Resultado: Aprovado o parecer, ressalvados os destaques.**

**PL 333/99**, do deputado Antônio Kandir, que "Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial".

CDC: parecer do deputado Paulo Lima, pela aprovação.

CDEICS: parecer do deputado Léo Alcântara, pela aprovação.

CCJC: parecer do deputado Paulo Magalhães, pela aprovação do substitutivo do Senado Federal.

**Resultado: Não deliberado.**

**REQ 3986/16**, dos Líderes Partidários, que requer urgência para apreciação do **PL 1202/07**, do deputado Carlos Zarattini, que disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

**Resultado: Não deliberado.**

**REQ 4990/16**, dos Líderes, que "Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 5130/16**, do deputado João Arruda, que acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014" (propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção).

**Resultado: Não deliberado.**

**REQ 6344/17**, dos Líderes, que "Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 6989/17**, do deputado Odorico Monteiro, que altera o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet".

**Resultado: Não deliberado.**

**REQ 6045/17**, dos Líderes, que requer urgência para apreciação do **PL 4614/16**, da Sra. Luizianne Lins, que altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.

**Resultado: Não deliberado.**

**REQ 6356/17**, dos Líderes, que "Requer urgência para apreciação do **PL 6917/17**, do deputado Aureo, que dispõe sobre a criação do Cartão Digital de Vacinação – CDV".

**Resultado: Não deliberado.**

**Terça-feira (22/08)**

## COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES RELACIONADAS À REFORMA TRIBUTÁRIA – CETRIBUT

**Pauta:** Apresentação de minuta da proposição proposta pelo relator, deputado Luiz Carlos Hauly.

**Resultado:** Realizada.

## COMISSÃO ESPECIAL INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA SAÚDE

**Audiência Pública** – Tema: “Inovação Tecnológica na Radiologia e nos Exames de Imagem”.

**Resultado:** Realizada.

## COMISSÃO ESPECIAL SOBRE TRIBUTAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (PLP 341/17)

**Audiência Pública** – Tema: “Debate sobre o PLP 341/17, e sua importância para as Micros e Pequenas Empresas”.

**Resultado:** Realizada.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJC

**PL 2813/00** (PLS 680/99), da CPI do Sistema Financeiro 1986, que "Estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, alterando o art. 18 do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, que regula a constituição de sociedades por quotas de responsabilidade limitada".

Relator: deputado Arthur Lira.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com Substitutivo.

**Resultado:** Retirado de pauta.

**PL 3163/15**, do deputado Danilo Forte, que "Define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado, e dá outras providências" (torna crime a prática de corrupção no âmbito do setor privado quando cometida no curso de atividades econômicas, financeiras ou comerciais).

Apensados: PL 3438/15 e PL 6122/16.

Relator: deputado Tadeu Alencar.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 3438/15 e do PL 6122/16, apensados, com substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 2470/07**, do deputado Paulo Teixeira, que "altera a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, "que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para incluir, como requisito para licitação de obras ou serviços, que o vencedor da licitação admita trabalhadores em situação de rua e dá outras providências".

Relator: deputado Felipe Maia.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda.

**Resultado:** Não deliberado.

## COMISSÃO ESPECIAL DO MARCO REGULATÓRIO DA ECONOMIA COLABORATIVA

**Pauta:** Roteiro de trabalho.

**Resultado:** Apresentado. Na próxima semana, serão deliberados os primeiros requerimentos de audiências públicas.

Quarta-feira (23/08)

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CDC

**PL 2275/2015**, do deputado Walter Alves, que "Altera o art. 10 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para impor, fornecedor de produtos ou serviços que efetuar "recall", multa equivalente a duas vezes o valor das peças substituídas e serviços realizados".

Relator: deputado Marco Tebaldi.

Parecer: pela rejeição.

**Resultado: Retirado de pauta.**

**PL 5319/16**, da deputada Maria Helena, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, tornando o serviço de acesso à internet em banda larga como essencial".

Relator: deputado Rodrigo Martins.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

**Resultado: Retirado de pauta a requerimento do autor e do relator.**

## COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO – CTASP

**PL 5100/13**, do deputado Laercio Oliveira, que "Altera a Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984" (estabelece que a atualização financeira dos contratos de serviço passa a ser obrigatória na data-base da categoria, devendo haver disposição expressa nos termos assinados).

Relator: deputado Jorge Côrte Real.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

**Resultado: Retirado de pauta a requerimento do relator.**

**PL 450/15**, do deputado Júlio Delgado, que "institui o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal (Simples Trabalhista) para as microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 123 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), de 14 de dezembro de 2006, na forma que especifica".

Apensado: PL 6100/2016 (Apensado: PL 7654/2017)

Relator: deputado Lucas Vergílio.

Parecer: pela aprovação deste, das Emendas 1/15 e 2/15, apresentadas na CTASP, e dos Projetos de Lei nºs 6.100/16 e 7.654/17, apensados.

**Resultado: Retirado de pauta a requerimento do deputado Leonardo Monteiro.**

**PL 6461/16**, do deputado Celso Pansera, que "altera as Leis nº 8.010, de 29 de março de 1990, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e 13.019, de 31 de julho de 2014, para instituir medidas de desburocratização no segmento de Ciência, Tecnologia e Inovação".

Relator: deputado André Figueiredo.

Parecer: pela aprovação.

**Resultado: Aprovado o parecer. A matéria segue para apreciação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços – CDEICS.**

## COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCTCI

**REQ 228/17**, da deputada Margarida Salomão, que "requer a realização de audiência pública para debater o PL 7182/2017, que pretende vedar a implementação de franquias limitadas de consumo nos planos de internet banda larga fixa".

**Resultado: Aprovado.**

**PL 6960/17**, do deputado Cleber Verde, que "Alterar a Lei nº 12.965 de 23 de Abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, alterando o art 5º, inciso II e o art 7º, inciso III, que passam a ter a seguinte redação".

Apensado: PL 7498/17.

Relator: deputado Roberto Alves.

Parecer: pela aprovação deste, e do PL 7498/2017, apensado, com substitutivo.

**Resultado: Aprovado o parecer. A matéria segue para a apreciação da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO.**

**PL 945/11**, do deputado Rodrigo Garcia, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que "regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal", para dispor sobre a informatização do processo administrativo".

Relator: deputado Erivelton Santana.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

**Resultado: Aprovado por unanimidade o parecer.**

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CMADS

**REQ 211/17**, do deputado João Daniel, que "requer a realização de audiência pública para debater o PL 30 de 2015 que "Altera a Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012 (Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes)".

**Resultado: Aprovado, com a inclusão do diretor-executivo da Aprosoja, Fabrício Rosa.**

## COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT

**REQ 338/17**, do deputado Jerônimo Goergen, que "Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Finanças e Tributação para debater o PLP 218/16, que regulamenta as obrigações, o lançamento e o crédito do imposto incidente sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação".

Convidados:

- Secretário de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul;
- Secretário de Fazenda do Distrito Federal;
- Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ; e
- Presidente da Federação Nacional do Comércio – FECOMÉRCIO.

**Resultado: Aprovado.**

**REQ 340/17**, do deputado Alexandre Baldy, que "requer o aditamento ao Requerimento nº 320/2017 - CFT para incluir novos convidados à audiência pública que irá debater o crédito de IPI na Zona franca de Manaus para concentrados de refrigerantes".

**Resultado: Aprovado.**

**PLP 212/12**, do deputado Anthony Garotinho, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, acrescentando parágrafo único ao art. 12" (as microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional não poderão ser incluídas no regime de substituição tributária em seus respectivos Estados).

Apensado: PLP 225/12

Relator: deputado Julio Lopes.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PLP 212/12, do PLP 225/12 apensado e do Substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e, no mérito, pela rejeição do PLP 212/12, do PLP 225/12 apensado e do Substitutivo da CDEICS.

**Resultado: Não deliberado.**

**PLP 212/15**, do deputado Marcelo Belinati, que "Altera a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para permitir descontos nas alíquotas de impostos devidos para as empresas recém-criadas, visando incentivar o empreendedorismo e a formalização de empresas já existentes".

Relator: deputado Edmar Arruda.

Parecer: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da CDEICS.

**Resultado: Não deliberado.**

**PL 6097/05**, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas

portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para instituir desonerações fiscais" (cria incentivos fiscais para a produção de equipamentos e aparelhos destinados às pessoas portadoras de deficiência).

Apensados: PL 6180/05 e PL 2399/07

Relator: deputado Enio Verri.

Parecer: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL 6097/2005, dos PL's 6180/2005 e 2399/2007, apensados, da Emenda da CSSF e da Emenda da CDEICS.

**Resultado: Não deliberado.**

## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE – CFFC

**Audiência Pública** – Tema: “Principais ações do Ministério do Trabalho e Emprego para o ano de 2017”.

Convidados:

- Luis Carlos Silva Barbosa - Secretário de Relações do Trabalho Adjunto; e
- Bassam Jamaluddin Júnior - Assessor da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego.

**Resultado: Reunião cancelada.**

## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

**PL 5074/16** (PLS 730/15), do senador Otto Alencar, que "Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet".

Relator: deputado Major Olímpio.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

**Resultado: Retirado de pauta a requerimento do deputado Delegado Waldir.**

## SENADO FEDERAL

### Terça-feira (22/08)

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

**Audiência Pública** – Tema: “Identificar os principais obstáculos que compõem o chamado “Custo Brasil” e oferecer soluções que “facilitem a atividade empreendedora e empresarial no Brasil, a fim de gerar mais empregos e renda” (Grupo de trabalho de reformas microeconômicas)”.

**Resultado: Realizada.**

**REQ 124/17**, do senador Pedro Chaves, que “Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões Permanentes de Assuntos Econômicos (CAE); de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Sociais (CAS); e de Serviços de Infraestrutura (CI), para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros”.

**Resultado: Adiado.**

### Quarta-feira (23/08)

## COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

**PLS 125/17**, do senador Otto Alencar, que “Altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, e nº 10.052, de 28 de novembro de 2000 para estabelecer os fundamentos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e vedar contingenciamento

desse fundo e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações a partir do ano de 2020”.

Relator: senador Omar Aziz

Parecer: pela aprovação, com as duas Emendas que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº1, todas de autoria do senador Jorge Viana.

**Resultado: Aprovado o parecer. A matéria segue para apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.**

**PLS 431/14**, do senador Anibal Diniz, que “Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público”.

Relator: senador Otto Alencar.

Parecer: pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

**Resultado: Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame.**

**REQ 20/17**, do senador Airton Sandoval Santana, que “Requer a realização de audiência pública para instruir o PLS 169, de 217, de iniciativa do Senador Ciro Nogueira, que “acrescenta a Seção V no Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para possibilitar a suspensão do funcionamento ou o bloqueio de acesso de aplicação de internet que incentive ou promova a prática de crime”.

**Resultado: Aprovado.**

**REQ 23/17**, do senador Waldemir Moka, que “Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo RCT 37/2016, destinada a instruir o PLS 167/2014, que autoriza o armazenamento eletrônico dos prontuários dos pacientes”.

**Resultado: Aprovado.**

**REQ 122/17**, do senador Flexa Ribeiro e outros, que “Nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões de Assuntos Sociais; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros”.

Convidados:

- Arthur Luis Mendonça Rollo, Secretário Nacional do Consumidor (Ministério da Justiça e Segurança Pública);
- João Sabino, Presidente do Comitê Regulatório da Associação Brasileira de Online-to-Offline (ABO2O);
- Mariana Polidório, Representante de Políticas Públicas no Brasil da Uber;
- André Oliveira, Associação de Assistência aos Motoristas de Táxi do Brasil (AAMOTAB);
- André Ramos Tavares, Professor da Faculdade de Direito da USP; e
- Lênio Luís Streck Rocha, jurista e professor.

**Resultado: Aprovado.**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

**PLS 89/16**, do senador Roberto Requião, que “Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social” (regula também o direito de resposta pela internet)

Relator: senador Antonio Carlos Valadares.

Parecer: pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1.

**Resultado: Não deliberado.**

## Quinta-feira (24/08)

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

**Audiência Pública** – Tema: “A OMC e as perspectivas comerciais no atual cenário das Relações Exteriores”.

**Resultado: Realizada.**